

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA xxxxxxxxxxxxxxxx**

xxxxxxxxxx, Nacionalidade, Estado Civil, profissão,, portadora do RG nº xxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada na xxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxx, vem, por intermédio do CEAJUR, propor

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

em face de xxxxxxxx., empresa localizada em local incerto e não sabido, portadora do cheque de nº xxxxxx, do Banco xxxxxxxx, conta corrente xxxxxxxx, agência xxxxxxxx, no valor de R\$ xxxxxxxx , pelas razões de fato e de direito que se seguem.

DOS FATOS

A Autora emitiu 01 (um) cheque, de nº xxxxxx, do Banco xxxxxxxx, conta corrente xxxxxxxx, agência xxxxxx, no valor de R\$ xxxxxxxx , no dia xxxxxx, para pessoa cujos dados não se recorda. Referida pessoa, por sua vez, entregou a cártula para xxxxxxxxxxxx.

Por insuficiência de fundos, o cheque não foi compensado (documento anexo), pois a requerente passou por diversas dificuldades financeiras, que a impossibilitaram de honrar seus compromissos e efetuar o pagamento do referido cheque, no dia de seu vencimento.

A parte autora tentou localizar a empresa xxxxxxxx. a fim de saldar sua dívida e resgatar o cheque. Todavia, sem êxito. Apesar de seus esforços, não sabe a localização e demais dados do atual portador do cheque (xxxxxxx).

Da mesma forma, não logrou êxito em localizar a pessoa mencionada no anverso do cheque, qual seja: xxxxxxxx

Calha asseverar que a questão é urgente, pois seu nome está inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), ficando a autora impossibilitada de efetuar muitos atos essenciais da vida civil, tais como: empréstimos, financiamento, aumentar limite de conta no banco, imprimir talão de cheque, efetuar compras em seu nome etc.

Após verdadeira peregrinação aos bancos, ao SPC, após procurar por todos os meios disponíveis, estabelecimentos comerciais, na tentativa de resolver a questão, a parte autora socorre-se da tutela jurisdicional para ver dirimida sua questão.

O valor atual do cheque, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros moratórios de 1% ao mês, é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxx).

DO DIREITO

A consignação em pagamento como meio posto à disposição do devedor para obter a extinção da obrigação tem cabimento nas hipóteses enumeradas no Código Civil:

Art. 335. “A consignação tem lugar:

I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;

II - se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;

III - se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil;

IV - se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;

V - se pender litígio sobre o objeto do pagamento.”

No presente caso, a autora desconhece o endereço da credora, o que torna cabível a consignação em pagamento por força do disposto no inciso III.

A lei processual, por sua vez, prevê expressamente um procedimento especial para ação de consignação em pagamento. Diz o CPC:

Art. 890. “nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida”.

Desta feita, combinando as disposições do diploma processual com as de direito material, conclui-se pela total pertinência e procedência da presente ação de consignação, proposta em razão de a credora não saber a localização do título de crédito, de outro lado, o direito do devedor de adimplir a sua obrigação, sendo certo, portanto, que para caracterizar-se o efeito de pagamento busca-se a tutela jurisdicional, mediante a consignação da quantia devida e inclusive o pedido de **citação do credor por edital**.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CREDOR DESCONHECIDO. ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO. É possível o ajuizamento de ação consignatória nos casos de dívida cujo credor é desconhecido (art. 335, III, do Código Civil c/c art. 231, I, do CPC). (20080111481623APC, Relator WALDIR LEÔNICIO C. LOPES JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 23/09/2009, DJ 14/10/2009 p. 166)

Por fim, vale esclarecer que a quantia ofertada encontra-se devidamente atualizada, segundo os parâmetros legais.

DO PEDIDO

Posto isso, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser a autora economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;

b) a autorização para consignar em pagamento o valor ofertado, determinando-se a expedição de guia de depósito no valor de R\$ xxxxxxxx a ser efetivado no prazo de xxxxx dias contados do deferimento, nos termos do artigo 893, inciso I, do CPC;

c) a citação da ré, por edital, para que levante o valor depositado ou ofereça resposta, nos termos do artigo 893, inciso II, do Código de Processo Civil;

d) a procedência do pedido para o fim de declarar extinta, pelo pagamento, a obrigação expressa no cheque nº de nº xxxxxxxxx, do Banco xxxxxx, conta corrente xxxxxx, agência xxxxx;

e) a condenação da requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os últimos a serem revertidos ao Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro do CEAJUR - PROJUR (artigo 1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04 de dezembro de 2007), a serem recolhidos junto ao Banco XXX, por meio de guia DAR (documento de arrecadação) com o código XXX - Honorários advocatícios.

Pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pela documental.

Atribui à causa o valor de R\$ xxxxxxxx

Nestes termos, pede deferimento.

Local e Data

Autora

DEFENSORA PÚBLICA DO DF